



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO BACHARELADO E LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Beatriz Virgínia Ittner

Luiza Batista Pereira: A luta dentro e fora do trabalho doméstico.

Florianópolis

2025

Beatriz Virgínia Ittner

Luiza Batista Pereira: A luta dentro e fora do trabalho doméstico.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de bacharelado e licenciatura em história do Campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela e Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Cristina Candian Fraccaro.

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ittner, Beatriz Virgínia

Luiza Batista Pereira : A luta dentro e fora do
Trabalho Doméstico / Beatriz Virgínia Ittner ; orientador,
Glaucia Cristina Candian Fraccaro, 2025.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. História. 2. Trabalho Doméstico. 3. Trajetória. 4.
Sincalismo. 5. Entrevista. I. Fraccaro, Glaucia Cristina
Candian. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Glaucia Cristina Candian Fraccaro, Orientadora e Presidente, pela Professora Taina Silva Santos, Titular da Banca, e pela Professora Louisa Acciari, Suplente, designadas pela Portaria nº 61/2025/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Beatriz Virgínia Ittner**, subordinado ao título: "**Luiza Batista Pereira: A luta dentro e fora do trabalho doméstico**". Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Glaucia Cristina Candian Fraccaro a nota final 8,0, da Professora Taina Silva Santos a nota final 8,0 e da Professora Louisa Acciari a nota final 8,0, sendo aprovada com a nota final 8,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
Glaucia Cristina Candian Fraccaro
Data: 08/12/2025 20:01:33-0300
CPF: ***.025.748-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Banca Examinadora:

Prof.a Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Prof.a Taina Silva Santos



Documento assinado digitalmente
TAINA APARECIDA DA SILVA SANTOS
Data: 09/12/2025 20:34:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a Louisa Acciari



Documento assinado digitalmente
LOUISA ACCIARI
Data: 10/12/2025 09:58:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato(a) Beatriz Virgínia Ittner



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Beatriz Virgínia Ittner, matrícula n.º 21202653, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Luiza Batista Pereira: a luta dentro e fora do trabalho doméstico, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Data: 10/12/2025 17:18:19-0300

CPF: ***.025.748-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Impossível falar deste trabalho sem agradecer a quem fez parte dele inteiramente. Minha mãe, meu pai, meu irmão e minha avó sempre apoiaram minhas escolhas e se debruçaram sobre elas como se fossem deles. Lembro com muito amor da vez em que contei que fui aprovada em História na Universidade Federal de Santa Catarina, as expressões preocupadas e de certa feita confusas por não compreender a funcionalidade do curso e seus desdobramentos. Recordo ainda que, apesar deste grande ponto de interrogação estampado em seus rostos, não deixaram de acreditar no que escolhi, não deixaram de acreditar em mim. Muito obrigada.

O agradecimento se estende aqui também ao meu companheiro de vida, Gabriel, que ouviu falar de Luiza, desde o primeiro dia que soube da luta dela. A escuta atenta e o carinho em forma de curiosidade que vem depois dela me fazem ter a certeza de que estou no caminho certo.

Às minhas amigas inseparáveis Beatriz e Renata, que fizeram com que a trajetória da graduação se tornasse cada vez mais leve, mesmo que a péssima conjuntura que abraça a carreira docente não seja a mais encantadora, aprendi com elas que a docência nos oferece o respiro de “esperançar” (como aborda Paulo Freire), quase como uma prática pedagógica e que dividi-la é sem sombra de dúvidas a maneira mais gostosa de vivenciá-la. Aos meus primeiros e grandes companheiros de graduação, Fer, Vinícius, Laura e Beatriz, com quem dividi as reflexões acerca de cada texto em cada disciplina e também as cervejas no término destas.

À minha orientadora Gláucia, por cair de cabeça comigo nesta pesquisa e me apresentar Luiza e o amor em forma de luta que ela nos deixou. A trajetória deste trabalho se tornou mais leve sob sua orientação.

Por fim, à Luiza Batista Pereira, à Lula, que mesmo sem conhecer fisicamente, nutro um amor e admiração por sua trajetória. Espero que este trabalho demonstre um pouco do que Luiza representa para mim e para tantas. Luiza presente, hoje e sempre!

À minha mãe, minha avó e a Luiza,
trabalhadoras domésticas, que me ensinaram
que a revolução só chega por meio da luta das
mulheres.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a trajetória de Luiza Batista Pereira, trabalhadora doméstica e sindicalista pernambucana, entre as décadas de 1960 e 2020, a partir da entrevista cedida pela à Maria Luisa Péres durante as atividades do Trabalho Doméstico Cidadão, que aconteceu na cidade de Recife. O texto que se apresenta propõe uma interpretação da trajetória da militante como expressão da história do Brasil a partir das lutas da categoria das trabalhadoras domésticas. A pesquisa aborda o recrutamento de Luiza para o trabalho doméstico, aos nove anos de idade, exemplificando a continuidade histórica de mecanismos que atingem preferencialmente crianças negras e pobres, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade. Além disso, salienta a trajetória da trabalhadora perpassando-a pelas experiências de trabalho citadas ao longo da entrevista, relacionando-as com o trabalho de Luiza no sindicato das trabalhadoras domésticas e na Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que marcou seu legado histórico e testemunhável.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico. Trajetória de Vida. Sindicalismo. História Oral. Gênero e Classe.

ABSTRACT

This research aims to analyze the trajectory of Luiza Batista Pereira, a domestic worker and union leader from Pernambuco, between the 1960s and 2020, based on an interview she granted to Maria Luisa Péres during of the Trabalho Doméstico Cidadão (Citizen Domestic Work Program), held in the state of Recife. It seeks to understand her experience as an expression of Brazil's historical social structures and as a form of political agency within her professional category. The study highlights how Luiza's recruitment into domestic work at the age of nine exemplifies the historical continuity of recruitment mechanisms that disproportionately affect Black and poor children, perpetuating a cycle of vulnerability. Furthermore, it traces her trajectory through the work experiences described in the interview, linking them to her later involvement with the Domestic Workers' Union and the National Federation of Domestic Workers (FENATRAD), which cemented her historical and testimonial legacy.

Keywords: Domestic Work. Life Trajectory. Unionism. Oral History. Gender and Class.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Luiza na campanha Cuida de quem te cuida	45
Figura 02: Logo - 13º Congresso das Trabalhadoras Domésticas	47
Figura 03: Luiza durante homenagem.	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
Capítulo 01 - O recrutamento ao trabalho doméstico	20
1.1 Luiza e o trabalho Infantil	24
Capítulo 2 - Relações de trabalho	28
2.1.2 Dona Marta e Dona Inácia	30
2.1.3 Sr. Verniot	33
2.2 Trabalho doméstico e Luta	36
	36
Capítulo 3 - Não sabia que era possível, mas fiz	37
3.1 Legado	46
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

É uma luta que a gente vai ter que encarar para ver se a gente um dia constrói uma norma regulamentadora nossa. Esse número aqui é referente às trabalhadoras domésticas. É aquela história, o não a gente sempre tem, o sim a gente tem que lutar para conseguir. É isso que eu tenho para falar. (Luiza Batista Pereira, 2024).

Luiza Batista Pereira, foi uma importante e incansável lutadora pelos direitos das trabalhadoras domésticas, referência no Brasil e na América Latina.¹ Foi inserida no trabalho doméstico aos nove anos de idade, em 2006, aos 44 anos de idade filiou-se ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco. Em 2009, apenas três anos após a filiação, tornou-se a presidenta da organização.

Em 15 anos de luta de sindical, Luiza, apelidada carinhosamente de Lula pela família, foi presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, coordenadora-geral da mesma instituição, presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, presidenta do Conselho Nacional de Trabalhadores Domésticos (CNTC) e professora formadora do programa Trabalho Doméstico Cidadão (TDC). Neste contexto, o estudo de trajetórias como a de Luiza Batista Pereira pode ser considerado ferramenta analítica fundamental para tratar das estruturas sociais e as dinâmicas de poder que moldam a experiência de grupos historicamente subalternos.

A partir disso, a presente pesquisa busca analisar a trajetória de vida de Luiza Batista Pereira como trabalhadora doméstica e sindicalista entre às décadas de 1960 e 2020, examinando a entrevista concedida por ela à Maria Luiza Peres no dia 26 de maio de 2014, durante o primeiro encontro de formação de formadoras para o Trabalho Doméstico Cidadão (TDC).

Essa condição do documento, que não está disponibilizado abertamente, define a própria natureza da fonte com a qual se trabalha como um testemunho vivo, cuja circulação se deu por canais diretos entre si e informais. Para interpretar criticamente o documento, este trabalho adota a História Oral como principal referencial metodológico. Seguindo a perspectiva delineada por Marieta de Moraes Ferreira, o testemunho é analisado aqui como uma construção que atribui significado aos acontecimentos a partir da experiência e da subjetividade do narrador, sendo a entrevista entendida como o espaço dinâmico onde essa

¹ Em suas plataformas oficiais, o atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em 2025, emitiu uma nota de pesar pelo falecimento de Luiza, abordando que ela foi uma importante e incansável lutadora pelos direitos das trabalhadoras domésticas, referência no Brasil e na América Latina.

narrativa é co-construída.

A investigação desdobra-se em objetivos específicos que estruturam os capítulos subsequentes deste trabalho. O primeiro capítulo dedicar-se-á a investigar as circunstâncias do recrutamento de Luiza para o trabalho doméstico e a analisar a naturalização do trabalho infantil em sua trajetória, contextualizando tais experiências como mecanismos estruturais de recrutamento ao trabalho doméstico. No segundo capítulo, o foco será examinar as relações de trabalho por ela vivenciadas, mapeando a complexa teia de exploração, violência, paternalismo e os momentos pelo reconhecimento de direitos que moldaram sua vida profissional. Por fim, o terceiro capítulo se volta para avaliar o legado de Luiza Batista Pereira, mapeando seu processo de construção de consciência política e sua atuação sindical que a tornaram uma das principais lideranças nacionais da categoria.

A entrevista cedida por uma das principais lideranças da categoria das trabalhadoras domésticas², foi realizada no dia 26 de maio de 2024 em Recife, no Sindicato dos Previdenciários, durante o último dia da segunda edição do TDC. O áudio da entrevista, não está disponível em nenhuma plataforma digital, sua descrição também não consta nos acervos da FENATRAD, portanto, maiores informações acerca do documento não estão disponíveis para pesquisa pública. A presente análise só foi possível, por meio de contato direto entre orientanda, bolsistas e coordenação do TDC.

Entre os dias 24 e 26 de maio de 2024, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e a coordenação do TDC se reuniram no Centro de Formação e Lazer do Sindicato dos Previdenciários (SINDPREV), na cidade de Recife, para a formação das formadoras que iriam atuar no projeto. Na segunda edição do TDC, a FENATRAD, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Ministério das Mulheres desenvolveram o Programa com foco na formação de novas lideranças da classe de trabalhadoras domésticas.

O Trabalho Doméstico Cidadão teve início em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Inicialmente como uma ação governamental em diversas frentes, trazia como objetivo a valorização do trabalho e da trabalhadora doméstica, a partir da qualificação da categoria elevando seu nível de escolaridade e formando novas lideranças.

De acordo com a FENATRAD, em 2023, com o início do terceiro mandato de Lula, o Brasil retomou a agenda de fortalecimento da democracia e da igualdade de direitos, com

²Através do Diário Oficial da União (2025), Cida Gonçalves, então, ao comunicar seu falecimento, descreveu Luiza, como uma das principais lideranças dentro da classe das trabalhadoras domésticas: “Recebi com profunda tristeza a notícia do falecimento de Luiza Batista neste sábado, 1º de março. Luiza era coordenadora-geral da Fenatrad - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - e uma das principais lideranças na luta pelos direitos das domésticas no Brasil. Fez história ao construir outras lideranças políticas entre as domésticas e a lutar contra as desigualdades na categoria, incluindo o trabalho análogo à escravidão.”

isso, retomou também o TDC. O diálogo permanente com as organizações e movimentos sociais tem o objetivo de recolocar a participação das trabalhadoras domésticas, no centro da construção da garantia dos direitos sociais, em especial para as mulheres, em toda a sua diversidade.

O Ministério do Trabalho e do Emprego, do governo federal brasileiro (MTE), considera trabalho doméstico como “todo aquele realizado no âmbito residencial da pessoa ou da família, desde que o trabalho não gere lucro para a parte empregadora”. É possível perceber que o termo “lucro” utilizado para se referir ao produto do trabalho doméstico, pode estar ligado, com um termo já desenvolvido por Karl Marx: o valor de Troca³. De acordo com Marx, a mercadoria tem a propriedade de ser trocada por outras mercadorias distintas de si ou, de comprar outras mercadorias, gerando assim, lucro. Entretanto, o fato de o trabalho doméstico não gerar um valor de troca não significa que seu produto não tenha um valor de uso⁴. O valor de uso está relacionado à satisfação das necessidades humanas, ou seja, à produção daquilo que é essencial para o trabalhador e para a trabalhadora.

Lúcia Helena, coordenadora sindical da FENATRAD, afirma que o trabalho doméstico é o mais essencial dos trabalhos, pois para que existam outras funções no mercado de trabalho, é preciso que uma trabalhadora doméstica cuide dos bens, dos filhos e da casa dos empregadores. Para que o empregador também consiga exercer sua força de trabalho, é preciso que ele tenha condições sociais, e são estas condições que o trabalho doméstico proporciona.

Creuza Maria Oliveira⁵, atual presidenta da FENATRAD afirma que “Se a trabalhadora doméstica parar de trabalhar, o Brasil também para”. Para ela, o trabalho doméstico gera riqueza em contexto específico para o cenário econômico, tornando-se indispensável. Além disso, é possível afirmar que o trabalho doméstico tornou-se indispensável, se considerarmos que a emancipação feminina no Brasil se deu, em parte, à custa do trabalho de outra mulher, a trabalhadora doméstica, na visão de Joaze Bernardino

³ O valor de troca aparece de início como a relação quantitativa pela qual os valores de uso de uma espécie se trocam, pelos valores de uso de outra. Uma quantidade de tal mercadoria troca-se regularmente por outra tal quantidade de mercadoria: é o seu valor de troca. (MARX, 1982, p. 24).

⁴ Toda coisa útil é um conjunto de qualidades numerosas e pode ser útil às mais diversas finalidades. É a utilidade de uma coisa que lhe dá valor de uso. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, o trigo e etc., é, pois, um valor de uso, um bem. (MARX, 1982, p. 24)

⁵ Creuza Maria de Jesus Oliveira, junto de Luiza, é uma das mais importantes líderes na luta pelas trabalhadoras domésticas. É presidente de honra da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e uma das fundadoras da Associação das Empregadas Domésticas da Bahia.

Costa (2007). A categoria das trabalhadoras domésticas têm compensado, historicamente, a inexistência de serviços públicos no Brasil para a classe média como, por exemplo, creches de qualidade e escolas integrais.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad) de dezembro de 2023, o país tem 6,08 milhões de trabalhadoras domésticas atuantes, consideradas faxineiras, motoristas, jardineiros, cozinheiros, babás, dentre outras. Do total, apenas 540 mil trabalhadores são homens e 5.539 milhões são mulheres, o que é o mesmo que dizer que elas ocupam cerca de 91,4% do trabalho doméstico remunerado no país. Sendo assim, as mulheres ocupam em larga escala o trabalho doméstico no Brasil. São as mulheres trabalhadoras, portanto, como já citado por Costa (2007) realizam uma boa parte da compensação da inexistência de serviços públicos no Brasil.

É nesse cenário macrossocial, de predominância feminina e de sobrecarga de funções, que a trajetória individual de Luiza Batista Pereira ganha um significado coletivo. Sua trajetória, iniciada décadas antes desta pesquisa, personifica esses milhões de mulheres, permitindo-nos compreender, para além dos números, as experiências concretas de recrutamento, exploração e resistência que elas representam.

CAPÍTULO 01 - O RECRUTAMENTO AO TRABALHO DOMÉSTICO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a trajetória de vida de Luiza Batista Pereira como trabalhadora doméstica e sindicalista entre as décadas de 1960 e 2020. A análise será conduzida por quatro eixos interligados: as circunstâncias do recrutamento que a levaram ao trabalho doméstico; a naturalização do trabalho infantil em lares de famílias de classe média; as relações de trabalho que Luiza apresenta em sua entrevista.

A trajetória de Luiza Batista Pereira documentada e transferida por meio da oralidade, ilustra a luta por direitos, a resistência contra a violência e a construção de uma identidade política dentro e fora do mundo sindical.

Essa história de luta e consciência, no entanto, não começa por uma escolha. Luiza não foi inserida no trabalho doméstico e sim recrutada para tal. A sindicalista, contou que no momento do primeiro contato com o trabalho doméstico, exercendo a função remunerada, se deu por conta da situação financeira da família, em virtude da morte do pai, que ocasionou o despejo do local onde viveu a maior parte de sua vida⁶.

Quando meu pai faleceu, o dono do engenho, onde a gente morava, pediu o sítio de volta. O sítio era geralmente uma casa onde morava a família que estava trabalhando e tinha uma pequena parcela de terra em volta, onde a gente podia plantar milho, feijão, legumes, o que desse para plantar, né? Mas não era muita coisa. E aí, quando meu pai faleceu, nós fomos despejados. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024⁷)

O episódio inseriu a família em uma situação financeira precarizada, colocando-os numa formação do que Marx descreveu como exército de reserva. O autor, no capítulo 23 de “O Capital” afirma que a massa de trabalhadores desempregados ou em situações de subemprego, cria uma população à beira de titulações financeiras. Essa superpopulação relativa se torna funcional, de acordo com o autor, pois o sistema exerce pressão para baixo nos salários dos trabalhadores empregados, que fornecem uma mão de obra imediatamente disponível. Isso aparece na trajetória de Luiza, uma vez que ela afirma que a família procurava emprego em diversos setores da cidade, entretanto, os locais em que eram contratados, estavam em grande maioria associados ao subemprego e condições degradantes de trabalho.

⁶ Engenho de cana de açúcar, na cidade de São Lourenço da Mata. Os pais de Luiza, eram agricultores do local. A renda era voltada ao dono do engenho, que distribuía uma parcela desta para os seus trabalhadores, que poderiam morar dentro da propriedade, desde que realizassem as atividades agrícolas.

⁷ É importante salientar que, durante a escrita deste trabalho, utilizei em citações diretas o nome completo da entrevistada em letra maiúscula, ao invés de seu sobrenome, visto que gostaria de deixar seu nome em evidência. Já nas citações indiretas, inseri o nome da entrevistada em letra minúscula sob o mesmo objetivo.

A expulsão da família da terra os forçou a migrar para a comunidade da Ilha de João de Barros em Recife, um local mangue, pronto para ser absorvido pelas formas mais precárias de trabalho urbano. A migração não foi uma escolha, mas uma necessidade imposta pela dinâmica do capital. Luiza também se referiu a essa dinâmica, ao afirmar que a família não conseguiu lutar pela permanência no engenho, pois de acordo com ela, naquela época, trabalhador rural não tinha direito a nada, ou seja, já havia ali um trabalho precário, onde os direitos do trabalhador não chegavam até a família, a sua efetivação não era concreta⁸.

A inserção de Luiza na categoria das trabalhadoras domésticas se deu antes mesmo de março de 1965, na Ilha de São João de Barros, Recife. “A gente nunca trabalhou em outra atividade. Eu e a minha irmã Maria trabalhamos, mas mamãe e Margarida sempre foram domésticas. Com a diferença que, quando estava no interior, mamãe ainda trabalhava de agricultora.” (Luiza Batista Pereira, 2024).

Não tinha nada na lei que dissesse que trabalhador rural era uma profissão. Eu, minha mãe, meus irmãos, e a gente mal pôde colher o que dava para colher, para usar. E aí, a gente não tinha, a mamãe não ficou com direito a nada, nem pensão, nem nada. A gente foi morar na rua mesmo, a gente dormiu na rua cerca de quase 3 semanas. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Após o despejo, a família de Luiza, morou durante três semanas, nas ruas de São Lourenço da Mata até serem acolhidos pela solidariedade de “Dona Bilinha”, que lhes ofereceu abrigo temporário⁹. “Minha mãe, ao mesmo tempo que a gente ficou morando lá nessa casa construída, minha mãe sonhava em migrar para Recife. Para construir uma vida, né? E nessa de minha mãe migrar para Recife, acabou que a gente veio para uma comunidade chamada Ilha João de Barros (Luiza Batista Pereira, 2024).”

A família foi morar em uma comunidade precária localizada em mangue, onde hoje situa-se o campus da UFPE e o Ministério Público do Trabalho. Na época, era um local

⁸ É importante salientar que Luiza, cita a palavra “direito” 65 vezes ao longo da entrevista com Maria Luisa Péres. Desta forma, este trecho é o único em que Luiza apresenta a palavra direito relacionada a um trabalho que não seja o doméstico. Pode-se perceber, a partir disso, que Luiza faz da palavra direito um sinônimo de luta das trabalhadoras domésticas.

⁹ Luiza, cita durante a entrevista a palavra “solidariedade”, ao comparar a ação de “Dona Bilinha” com o restante das pessoas que passaram pela família e não os auxiliaram. “Entra um pouco aí do que a gente vê o que é solidariedade. Por quê? Porque as irmãs passavam, só tinha duas igrejas, aliás, três. Que tinha a igreja católica, que foi onde eu fui batizada, a matriz de Nossa Senhora do Rosário, tinha uma igreja Assembleia de Deus e tinha uma igreja batista. Então, as irmãzinhas passavam com a Bíblia debaixo do braço e iam para a igreja e a gente não olhava na direção daquela mulher jogada na rua com os filhos. Até o dia que uma senhora que tinha um terreiro de Umbanda, passou, parou junto da minha mãe e nos ofereceu abrigo”. (sugiro colocar isso no corpo do texto pois é muito interessante para ficar numa nota)

insalubre. "A gente foi morar num barraco de madeira coberto de palha de coco", afirma, "De noite a gente tinha que botar um plástico para poder botar [...] botava o plástico e botava as esteiras, por conta da umidade. E minha mãe ainda fazendo tratamento para a tuberculose. E foi uma época muito difícil." (Luiza Batista Pereira, 2024).

Essa exposição da miséria e da disponibilidade de mão de obra feminina e infantil criou o cenário para o recrutamento ao trabalho que viria a seguir. Pouco depois, um dos irmãos mais velhos de Luiza e sua companheira mudam-se para a comunidade, em busca dos mesmos objetivos da mãe, melhores condições de trabalho, "começou a andar para procurar trabalho" e encontrou uma senhora que precisava de "uma pessoa para brincar com a filha dela." Luiza Batista Pereira (2024).

O recrutamento para o trabalho doméstico operava por meio de redes informais e de parentesco, funcionando como um mecanismo central para a inserção laboral daquela população periférica e precarizada. Quando Luiza contou que "E foi justamente através dele que apareceu esse para a mamãe" explicita esse mecanismo: a colocação da mãe em uma "casa de família" intermediada pelo irmão, Antônio, que já estava empregado no mesmo setor. Esse sistema de indicações não era um simples favor, mas a via estrutural por onde a mão de obra era canalizada para atender à demanda do capital, perpetuando um ciclo de dependência.

A natureza desse recrutamento é ilustrada pela descrição do trabalho do irmão, Antônio, "é o que o pessoal chama vulgarmente de lobinho ou cachorro de quintal. Porque ele fazia todo o serviço da casa, trabalho doméstico. A área externa todinha quem fazia era ele. E foi justamente através dele que apareceu esse para a mamãe." (Luiza Batista Pereira, 2024).

Antônio, atuando como "lobinho ou cachorro de quintal", é um termo que, pode também, denunciar a ausência de divisão de tarefas e a exploração integral de sua força de trabalho, já que "fazia todo o serviço da casa... a área externa todinha". Entretanto, com a entrada de Antônio, na casa do patrão, forma-se também um recrutamento em cadeia de outros membros da família.

Além disso, após o recrutamento da mãe ao mesmo emprego que Antônio, Luiza mencionou que a patroa foi muito "humana"¹⁰, pois permitiu que ela ficasse junto de sua mãe durante o período de trabalho. "E essa senhora foi muito humana, porque ela aceitou que a

¹⁰ Cabe salientar que a entrevista, cita os termos "humana" e "generosa" três e duas vezes, respectivamente, durante o período da entrevista. A mesma só cita esses termos quando fala sobre os alguns de seus patrões. Cabe salientar que tal generosidade, estava ligada a recursos básicos de subsistência, como o pagamento no dia combinado de recebimento e até mesmo a permissão de levar a criança ao local de trabalho, pois não havia rede de apoio para a família na época

mamãe me levasse para não ficar sozinha no barraco. Entendeu?” (Luiza Batista Pereira, 2024).

A aceitação da patroa em que a mãe de Luiza levasse a filha consigo revela outra dimensão desse processo. Mais do que um ato de humanidade, essa atitude pode ser lida como uma flexibilidade do regime de recrutamento doméstico, que frequentemente incorporava as relações de dependência dos trabalhadores como uma parte não remunerada ou à força de trabalho principal. A criança, longe de ser apenas uma acompanhante, tornava-se, na prática, uma trabalhadora em potencial, sendo inserida no mesmo movimento de trabalho, como a própria Luiza viria a fazer. Dessa forma, o recrutamento não se limitava ao indivíduo, mas podia englobar e reproduzir o núcleo familiar dentro do espaço de trabalho, consolidando um padrão de inserção de trabalho familiar e precário.

Henrique Espada Lima (2005), afirma que antes mesmo do século XIX, o trabalho livre apresentava o que ele chama de “elemento novo”.

O “elemento novo”, que já começa a aparecer bem antes do século XIX, mas que se expõe radicalmente então, é precisamente uma “vulnerabilidade de massa”, isto é, uma precariedade das condições da existência que é estrutural nessa sociedade, onde as relações de trabalho passam a ser marcadas não apenas pelos baixos salários, mas também pela “instabilidade do emprego, a busca de ocupações provisórias, a intermitência do tempo de trabalho” e a própria ausência de emprego. Não se tratava de situações excepcionais ou marginais, mas de uma condição que estava no horizonte de todo trabalhador em uma sociedade definida por um princípio de mercado que exigia, para funcionar, a própria precariedade da relação de trabalho. (LIMA, 2005).

O elemento novo a que Lima se refere pode ser relacionado com o recrutamento de Luiza e sua família ao trabalho doméstico, visto que ele se deu pela própria precariedade do contexto em que estavam inseridos, a saber, a vulnerabilidade que torna o trabalho doméstico não como um episódio isolado ou uma simples escolha, mas como uma consequência direta e estrutural de uma sociedade marcada pela precariedade.

A análise da historiadora Flávia Fernandes de Souza (2010) sobre o Rio de Janeiro do século XIX demonstra que a precariedade não é um fenômeno recente, mas uma característica estrutural e duradoura da formação do mercado de trabalho brasileiro. Seu estudo evidencia a existência de uma "considerável parcela do mundo do trabalho" que, excluída dos espaços formais, era marcada pela instabilidade e pela necessidade de "viver de expedientes" para garantir a subsistência.

Este cenário histórico de vulnerabilidade fornece o pano de fundo essencial para compreender o "elemento novo" apontado por Henrique Espada Lima, que pode ser

perfeitamente relacionado ao recrutamento de Luiza e sua família para o trabalho doméstico. O que Espada Lima identifica é a precariedade como um mecanismo ativo de recrutamento e subjugação. No caso de Luiza, a inserção no serviço doméstico não foi um episódio isolado ou uma simples escolha, mas a consequência direta e previsível do contexto de vulnerabilidade socioeconômica no qual sua família estava inserida. Dessa forma, a trajetória de Luiza personifica e atualiza, no século XX, a mesma lógica descrita por Souza para o século XIX: a de uma população para a qual os "subempregos" representam não uma opção, mas uma das poucas alternativas de sobrevivência.

A precariedade, portanto, revela-se como um fio condutor que liga a análise histórica de longa duração à experiência biográfica concreta, mostrando como a vulnerabilidade econômica força indivíduos e famílias para ocupações caracterizadas pela rotatividade e instabilidade, perpetuando um ciclo que a luta sindical de Luiza viria a desafiar.

Foi precisamente dessa conjuntura social que emergiu a "solução" do trabalho doméstico para Luiza. A decisão de enviá-la para servir em uma outra casa não foi somente um ato de exploração, mas uma estratégia de sobrevivência forçada pela lógica brutal da vulnerabilidade.

Dessa forma, o trabalho doméstico infantil se apresentava como o refúgio precário para os mais vulneráveis entre os vulneráveis. Para as famílias empregadoras, essa mão de obra era barata, submissa e facilmente justificável por um discurso de "caridade" e "criação", o que naturaliza a exploração e a tornava socialmente invisível.

1.1 Luiza e o trabalho Infantil

O trabalho infantil, no contexto brasileiro, perpassa por uma série de fatores racializados e generificados, expressos desde o período colonial, com a utilização indiscriminada de mão de obra de crianças escravizadas. Faz-se necessário ponderar, em princípio, que a concepção de infância, na qualidade de conceito aplicável, altera-se ao longo do tempo (Koselleck, 2006), para além de ser atravessado por marcadores sociais da diferença, o que ocasiona leituras sociais divergentes para sujeitos que possuem idades semelhantes, como o caso dos filhos dos senhores e os escravos.

Dessa forma, o emprego do trabalho infantil, não se extinguiu com a Abolição da escravatura (1888), estendendo-se ao longo da história do Brasil a partir da mobilização de dispositivos legais distintos ou do que Cida Bento (2022) cunhou como "privilégios e pactos da branquitude". O recrutamento de trabalhadores, principalmente no trabalho doméstico,

surgiu desde os anos de 1830, como uma preocupação das elites locais na indagação dos sujeitos que substituiriam a mão de obra escravizada para os serviços domésticos (Peçanha, 2018, p. 106), atrelados, de forma indubitável, aos trabalhos de cuidado.

Esses mecanismos, responsáveis por legitimar a utilização de mão de obra infantil, exploram relações de pessoalidade e parentalidade, atrelando à relação “patrão-empregado” uma ideia dissimulada de educação e cuidado, aproximando-se à tutela e exprimindo uma pretensa intenção de proteger estas crianças da “vadiagem”. Para tanto, pautava-se como códigos sociais a obediência e o uso de violências físicas. Nesse sentido, Natália Peçanha (2018, p. 111) argumenta que

o sistema de tutela foi perdendo o seu caráter de proteção da criança para se tornar um mecanismo de agenciamento do trabalho infantil, onde “o contrato de soldada se tornou um instrumento dos juízes de órfãos para lidar com o crescente número de menores pobres, órfãos e indigentes da cidade” (Azevedo, *s.d.*).

No pós-abolição, portanto, houve a manutenção do trabalho infantil doméstico -protagonizado por meninas e do trabalho externo, considerado “crias da casa” para os meninos (Peçanha, 2018). Esta estrutura contava, por conseguinte, com o legado da pobreza, responsável por impulsionar a “entrega” das crianças ao trabalho por suas famílias, em troca, muitas vezes, de alimento, vestimenta e educação, ou até mesmo de uma remuneração ínfima à família, que impossibilitada de visitar seus filhos e filhas, não possuía fins materiais para o sustento do núcleo familiar, composto, usualmente, por numerosas crianças e mães solo.

Embora a maioria dos estudos concentrem-se no trabalho infantil no período subsequente à abolição, sua presença acentuada em relação às famílias de engenho já na segunda metade do século XX (Neves, 2001) demonstra uma lacuna fértil para as investigações historiográficas. Em consonância à realidade do engenho, em sua entrevista, Luiza (2024) apontou as relações tecidas com o trabalho do pai e a pobreza familiar:

E naquela época, trabalhador rural não tinha direito a nada, não tinha direito a carteira assinada, não tinha direito a nada, trabalhava e recebia, pronto. Então, quando meu pai faleceu, o dono do engenho, onde a gente morava, ele pediu o sítio de volta. O sítio era geralmente uma casa onde morava a família que estava trabalhando e tinha uma pequena parcela de terra em volta, onde a gente podia plantar milho, feijão, legumes, o que desse para plantar, né? Mas não era muita coisa. E aí, quando meu pai faleceu, nós fomos despejados, né? Eu, minha mãe, meus irmãos, e a gente mal pôde colher o que dava para colher, para usar. E aí, a gente não tinha, a mamãe não ficou com direito a nada, nem pensão, nem nada. A gente foi morar na rua mesmo, a gente dormiu na rua cerca de quase 3 semanas. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

No relato de Luiza, é possível observar dois fatores cruciais para a análise de trajetórias inseridas no trabalho infantil, ao refletir o legado da pobreza de famílias inseridas na indústria sucro-alcooleira, a partir da abordagem de Neves (2001): o adoecimento precoce dos trabalhadores e a inserção transversal da mão de obra infantil ao trabalho de colheita e de subsistência, como no plantio e na colheita dos alimentos. A partir do falecimento do pai, considerado dentre estes termos sociais como o principal provedor da família, outras estratégias surgiram, a partir do coletivo.

Luiza relatou, em sua entrevista, que a mãe era acometida por tuberculose e, mesmo que atuasse nos serviços domésticos para famílias, o retorno financeiro não era o suficiente para o sustento familiar. Assim, aos 9 anos, Luiza foi empregada, recebendo como pagamento apenas uma cesta básica, por uma senhora de “(...) uma família abastada do ramo de transporte” (Luiza Batista Pereira, 2024):

Era só para brincar com a menina, entre aspas, né? Porque quando ela [mãe] ia de manhã para a faculdade. Ela estudava na faculdade Santos Gertrudes, lá no Alto da Sé e a menina dela fazia jardim de infância lá também. Um colégio tradicional, uma faculdade tradicional. Então ela ia para a faculdade, a filha ia com ela e eu ficava. Então eu tinha que limpar todo o jardim, varrer tudinho, molhar as plantas e depois passar cera na casa. Porque a arrumadeira já era uma pessoa que tinha problemas no joelho. Então eu tinha que passar cera na casa toda, casa com três quartos, duas salas, cozinha, um terraço em L e uma copa, porque até na cozinha tinha que passar cera. Então eu passava. E a Marinete, que era a arrumadeira, ela que passava a enceradeira, que encerava. E aí de tarde ainda tinha que molhar as plantas de novo. Aí a menina chegava e tinha que ficar brincando com a menina. Se a menina que fosse dormir, a menina tinha cinco anos, tudo bem. Senão eu tinha que ficar acordada com a menina. Então era o dia todo.(LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Vale ressaltar que em 1964, de acordo com Luiza, a legislação vigente correspondia ao Código de Menores de 1927, popularmente conhecido como “Código Mello Mattos”, que proibia a contratação de menores de doze anos no trabalho infantil, ou quatorze anos, caso não possuísse o primário (Silva, *s.d.*). Em adição e incorporação, estava em voga à Consolidação das Leis de Trabalho (1943) que proibia a contratação de menores de dezesseis anos, com exceção daqueles contratados na modalidade “aprendiz”, permitido já aos quatorze anos. Nesse sentido, a contratação do trabalho infantil de Luiza era circunscrita em um cenário de ilegalidade.

Para além disso, Luiza contou que o combinado inicial e principal era “brincar”, em referência à filha da patroa, que à época encontrava-se com cerca de cinco anos. Esta

atribuição, diversas vezes associada ao lúdico e à descontração, de acordo com Colla (2019, p. 113), compõe, de maneira crucial, o processo de ensino-aprendizagem, inserindo-se na lógica do cuidar e educar, de forma dinâmica e, por conseguinte, caracterizando o trabalho de cuidado. Logo, o “brincar”, expresso na maneira com que o corpo experiencia a existência e determina a si, em um processo de condução de um estado a outro (Libâneo, 2001, p. 97) é permeado por relações de preservação à vida, colocadas nesse cenário sob a responsabilidade de Luiza, que não tinha como atribuição de forma inocente o “brincar” com a outra criança, mas sim de cuidá-la e preservar sua integridade, em oposição ao seu próprio direito desrespeitado, como criança, ao brincar. Refletindo as outras dimensões do trabalho infantil desempenhado por Luiza, manifesta-se os trabalhos reprodutivos da sociedade, como a limpeza, em uma concepção de auxílio à arrumadeira, já debilitada fisicamente.

Após sofrer violências físicas nesta casa, Luiza relata ter sido retirada deste espaço por sua mãe, que tinha permissão para visitá-la apenas duas vezes ao mês. Devido à impossibilidade de sua mãe dedicar-se ao seu cuidado, Luiza passou a ser inserida como “ajudante” nos espaços em que sua mãe trabalhava como empregada doméstica, dedicando-se ao “trabalho excedente”, em um movimento próprio ao trabalho infantil, no qual as crianças e adolescentes “(...) se inserem no mercado de trabalho como se fossem apêndices dos pais, sob constrangimentos que os descaracterizam como trabalhador livre.” (Neves, 2001, p. 150):

(...) mamãe foi para essa casa, me levou e eu ficava ajudando a mamãe. E a prima dessa senhora tinha duas filhas, uma estava de casamento marcado e a outra também já estava noiva. E ela era viúva. Então eu fui, ela cozinhava e tinha uma pessoa para lavar a roupa, mas eu é que limpava a casa todinha, lavava os [dois] banheiros da casa. Então eu fui para a casa dessa senhora. Que Deus a tenha, foi uma pessoa muito generosa também. (Luiza, 2024)

A realização dos trabalhos, aproximados ao que Neves intitulou como um *ethos* do trabalho (2001, p. 154), responsável pela transmissão e socialização deste “legado da pobreza”, que excede apenas a empregabilidade em trabalhos precarizados e fora das leis trabalhistas, expressa-se pelo auxílio à mãe, como uma “boa feitoria” de solidariedade, presente no laço familiar, porém que, por sua vez, possibilita o benefício dos patrões, que ao contratar uma trabalhadora, acabavam por contar com a realização de serviços demandantes de duas mãos de obras.

Devido ao trabalho realizado por Luiza, a mesma conta em certo trecho da entrevista, que após um período passou a receber remuneração. Contudo, o valor pago não era o

salário-mínimo, mas era o valor combinado certinho. Para mim era um valor bem menorzinho, porque eu era praticamente uma criança, estava entrando na adolescência.” (Luiza, 2024), corroborando a concepção de que, ao integrar “(...) a criança ou o adolescente como trabalhador, o empregador remunerá-los enquanto incapazes de responder pelos atos que cumprem ou nos termos do reconhecimento da responsabilidade civil definida legalmente.” (Neves, 2001, p. 150).

Luiza deveria ainda estar resguardando termos da lei, da realização de trabalho infantil, porém a ausência políticas para efetivação da norma e a presença insistente da pobreza, levou-a a compor o mercado do trabalho informal e infantil, desde muito jovem. Seus irmãos, todos mais velhos, inseriram-se em outras dinâmicas de trabalho, que também constituíam uma lógica de interdependência familiar, pois os rendimentos apresentavam-se como insuficientes para o sustento familiar de todos. Dessa forma, a coletivização da pobreza manifesta-se de maneira contundente.

A migração dos irmãos mais velhos em busca de novas oportunidades de trabalho se assemelha a um dos itinerários trabalhistas vividos pelas famílias de cortadores de cana, descrito por Neves (2001, p. 163-164).

Uma positiva, valorizando os percursos considerados de sucesso, assegurados pela migração, especialmente se ela propicia a obtenção de uma profissão ou saber-fazer reconhecido. A apropriação desta posição encontra expressão mais evidente na aquisição da casa própria e da vida sob autonomia. Neste percurso, as alternativas mais viáveis para os homens têm sido a inserção na construção civil e para as mulheres no emprego doméstico remunerado. Os pontos de atração do processo migratório giram em torno da cidade.

Destarte, o início da trajetória de Luiza, que em sua primeira década de vida já é demarcada, fortemente, pela atuação no mercado de trabalho infantil, de forma pessoalista, parental e exploratória, pressupõe semelhanças com o período escravagista e a cultura da inserção de mão de obra de mulheres racializadas para a realização de trabalhos reprodutivos e do cuidado. O descumprimento da lei para a proteção das crianças pobres, que eram socializadas neste meio pelas famílias, como uma necessidade, demonstra a seletividade do direito à infância e ao trabalho.

CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES DE TRABALHO

A historiadora Flávia Fernandes de Souza (2022), ao resgatar a noção de Sandra Graham (1992) sobre a "troca de trabalho e obediência por abrigo e proteção", aborda que a relação de trabalho paternalista é permeada por "permutas simbólicas e desiguais", descrita pela autora como a norma dos séculos XIX e XX, que estabeleceu um modelo no qual o trabalho doméstico não era visto como uma relação profissional, mas como um vínculo pessoal de subordinação e dependência. No caso de Luiza, a "permuta simbólica e desigual", citada pela autora, estaria ligada, por exemplo, à cesta básica recebida uma vez por mês em troca da sua força de trabalho, ou seja, não era salário e sim um troca desigual, que dentro daquela lógica, para a empregadora justificava a exploração de sua força de trabalho e a subordina a uma relação de favor, e não de direito.

No entanto, a outra face das relações de trabalho que a entrevistada cita, marcada com duas palavras, estas são "generosidade" e "humanidade". "Eu acho que ninguém é inimigo. Tem a classe dominante, eles são, por ser patrão. A classe dominada é a Luíza. Mas o tratamento comigo sempre foi um tratamento humano" Luiza Batista Pereira (2024). Ela reconhece perfeitamente a existência de duas classes sociais: a dominante e a dominada. O gesto de pagar seus direitos trabalhistas ("minha carteira assinada") e de tratá-la com respeito básico é vivido não como uma obrigação legal, mas como um atributo moral pessoal do empregador, um extra que gera uma dívida de gratidão e lealdade.

Além disso, cabe salientar que Sueli Carneiro (2023), aponta que tais nuances podem ser representadas do que ela chama de dispositivo de racialidade, um conjunto de práticas, discursos e mecanismos que colocam a população negra em uma posição de subordinação na sociedade brasileira. Tal mecanismo é apresentado justamente quando Luiza cita a sua relação com os empregadores, que por mais que fosse envolvida de práticas que a entrevistada considerada "humanas", não deixavam de lado a diferença entre as classes sociais: dominante e dominada. Portanto, é preciso salientar que sua gratidão pelo "tratamento humano" não a faz desconsiderar as duas classes sociais, que são fundamentais nessa relação¹¹. O "não" de Luiza, também foi dito no seu primeiro trabalho exercido com carteira assinada.

E aí... Eu arrumei um emprego como cobradora de ônibus. A mana trabalhava de cobradora de ônibus na empresa, apareceu a oportunidade e eu fui trabalhar também de cobradora de ônibus. Nessa de trabalhar de cobradora de ônibus, né, assinaram a minha carteira.(LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

¹¹ "Mas também, quando eu estava assim, eu também sabia chegar e dizer um não"

Lula trabalhou na empresa de transporte durante dois anos. Ao sofrer um acidente dentro do espaço físico da empresa, procurou por amparo na Previdência Social. Contudo, foi informada de que não teria direito ao benefício previdenciário, uma vez que não havia cumprido com tempo mínimo de contribuição exigido para sua concessão. Embora estivesse trabalhando na empresa há dois anos, Luiza teve sua Carteira de Trabalho assinada formalmente apenas seis meses antes do acidente, ou seja, o empregador havia descumprido a legislação trabalhista.

Em 1976, o Brasil vivia sob a vigência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, por Getúlio Vargas, e ainda em vigor, mesmo durante a ditadura militar. De acordo com a promulgação da época, caso ocorresse o descumprimento da legislação por parte do empregador, deveria receber uma multa administrativa por parte do Estado.

Entretanto, Luiza não encontrou suporte algum para validar a garantia de seus direitos e receber a indenização por parte da empresa, visto que a entidade que poderia auxiliá-la estava sob intervenção estatal, tendo seus membros perseguidos, de acordo com Paula Ribeiro Salles Et. Al (2015).

Revoltada, peguei e mandei dar baixa na minha carteira e voltei para trabalhar em casa de família. Mas aí, alguém sopra para mim... Ah, você não sabia, não? Desde 74, 72... Ninguém falava a data certa, né? Que é direito, trabalhadora doméstica trabalhar de carteira assinada. Eu digo: ah, é? É. Aí, quando eu fui para entrevista, eu falei para mulher: eu só fico se a senhora assinar a minha carteira. Ela não assinou de imediato. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Embora a lei que consolida a legislação trabalhista seja de 1942, as domésticas só foram reconhecidas como categoria profissional em 1972 e inseridas nas Consolidação das Leis Trabalhistas a partir da PEC das Domésticas em 2013. Em 1972, Luiza já trabalhava como doméstica há sete anos, mas só foi ter seus direitos como trabalhadora reconhecidos com treze anos de carreira e seis anos após a inserção da categoria na CLT.

Esta “abertura” temporal entre o reconhecimento formal da categoria e a efetivação de seus direitos na vida de Luiza não foi vivido no vazio, mas no cotidiano concreto de suas relações de trabalho. Enquanto a lei avançava a passos lentos, a trajetória de Luiza era traçada dentro de casas como a de Dona Marta e, posteriormente, a de Seu Verniot.

2.1.2 Dona Marta e Dona Inácia

Após Luiza ser salva por sua mãe da casa dos primeiros empregadores, trabalhou, junto de sua mãe, na casa de Dona Marta, que representou um espaço central na trajetória de Luiza que, durante a entrevista chega a estremecer a voz ao longo da descrição da sua trajetória na casa da patroa. A imagem de Dona Marta, que de acordo com Luiza (2024) "passava para [ir] à escola, e me apanhava e me levava junto com ela para a escola", poderia ser lida, em uma superfície, como um gesto de puro cuidado. No entanto, à luz da história social do trabalho doméstico, esse ato revela as nuances de uma relação paternalista profundamente enraizada.

O gesto de "levar junto" para a escola não era simples bondade; era uma ação que situava Luiza, desde tenra idade, em uma posição de subordinação integrada, onde os limites entre um favor pessoal e as expectativas de um serviço futuro se tornavam difusos. Aquele ato de inclusão continha, em seu cerne, a semente de uma dívida simbólica, uma dessas "permutas desiguais" que, conforme apontado por Flávia Fernandes de Souza, caracteriza as relações domésticas no Brasil.

A permanência de Luiza no ambiente escolar se mostrou fundamental não apenas para seu letramento, mas também para sua constituição pessoal. Os adjetivos utilizados por ela, ao falar da empregadora que a inseriu no ambiente escolar, demonstram a importância da educação para Lula, naquele contexto.

Em 1967, com o falecimento de Dona Inácia, Luiza passou a morar com sua mãe na casa de Dona Joanita, assumindo integralmente as atividades de limpeza da casa, visto que ela encontrava-se debilitada em razão do agravamento de seu quadro de tuberculose. Ao relatar sua experiência como trabalhadora doméstica neste período, Lula, aborda brevemente, a violência sexual que sofreu aos treze anos, dentro do próprio ambiente de trabalho.

Mas infelizmente foi lá nessa casa que eu fui abusada sexualmente aos treze anos. E o abusador, ele encostou a faca em mim e disse: se você disser a alguém, eu não faço nada com você, mas eu mato sua mãe, eu mato sua mãe e você é que vai ser a culpada da morte da sua mãe. Porque é isso que esses monstros fazem. E é a pior chantagem que você pode sofrer, a chantagem emocional, você não consegue. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)

Álvaro E. Morales e Fermin R. Schramm (2002) afirmam que o abuso sexual contra menores de idade vindos de uma rede intrafamiliar,¹² ocorre numa estrutura de poder assimétrica, na qual as relações de autoridade são muito bem definidas¹³. Os autores ainda afirmam que a vítima desse tipo de abuso, acaba por entrar num estado de angústia porque, em função de sua estrutura psicológica, não consegue contar para terceiros, ou porque, quando consegue, dificilmente é acreditada.

Lula, cita a violência emocional como sendo o meio de opressão mais poderoso que lhe foi exercido, visto que, só conseguiu falar abertamente sobre o caso, aos 43 anos de idade, trinta anos depois. Além do mais, foi a primeira vez que ela utilizou o termo “violência” durante a entrevista. O criminoso utilizou da sensibilidade do contexto de Luiza e de seu poder “hierárquico” sob ela, para efetivar a violência. Lula ainda apresentou a entrevistadora que se sentia culpada por toda situação.

As violências só terminaram com a saída do abusador da região, que estava envolvido “com esse negócio de ditadura”¹⁴, foi perseguido pela polícia ditatorial da época.

Ele teve que fugir, para mim foi uma libertação. E depois disso, acho que oito meses depois, Dona Joanita, a tia dele, faleceu. Aí faleceu Dona Joanita, depois faleceu Dona Amitinha, não tinha mais ninguém. Aí eu fiquei na casa de Dona Glorinha, a outra irmã que era casada. Graças a Deus, Dona Glorinha eu nunca falei nada disso para ela, porque eu vivia com medo, mas Dona Glorinha disse: não, você vai voltar a estudar. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)

Ao ser questionada por Maria Luisa acerca dos motivos que levaram-a parar de frequentar a escola, Luiza afirma que ao assumir o trabalho de sua mãe, quando a mesma adoece, não teve mais tempo hábil de estudar, visto que, a casa em que trabalhava era muito grande.

¹² Deve-se ressaltar, que no caso de Luiza, a violência ocorreu dentro de uma casa que não era a sua, de uma família que não era a sua. Dentro das regulamentações da lei, o caso de violência intrafamiliar ao menor de idade, se aplica nestas circunstâncias.

¹³ Violência Doméstica geralmente associa-se à violência contra a mulher e Violência Intrafamiliar tem mais relação com violências contra crianças e adolescentes. De acordo com o artigo 5º, incisos I e II, da LMP, as violências doméstica e familiar têm duas possibilidades: no âmbito da unidade doméstica (o que delimita caráter territorial e espacial), com ou sem vínculo familiar – como o inciso afirma, este espaço “de convívio permanente de pessoas” não significa necessariamente a residência da vítima ou do agressor; e no âmbito da família (entendida como uma comunidade, por laços consanguíneos, associativos ou afetivos), que alcança as relações sociais. Estas definições legais, de caráter sociológico, implica leitura tanto da vítima quando do agente policial que registra o fato quanto ao “local” da violência – uma vez que as relações sociais e esta unidade doméstica podem conjecturar que a violência ocorreu no espaço residencial (MIURA, 2018).

¹⁴ Lula, apresenta a Maria Luiza a perseguição institucional aos estudantes da época (1967 - 1968) como sendo, “esse negócio de ditadura”. Podendo fazer ligação com a luta estudantil durante a ditadura brasileira, que perseguiu militantes durante todo o regime.

Além disso, ao mudar de ambiente de trabalho, Luiza não tinha contato direto com Dona Inácia, que a incentivava a continuar sua formação. Lula passa então a trabalhar na casa de Dona Glorinha, para quem prestava serviços, que já contava com Dona Maria, funcionária de longa data em sua residência. Diante de dificuldades financeiras, o companheiro de Dona Glorinha impôs a necessidade de uma escolha entre manter Luiza ou Dona Maria. Considerando que Luiza não tinha filhos, enquanto Dona Maria era mãe de dois, Maria assumiu o trabalho doméstico na casa e Luiza acabou por ficar desempregada por um período.

Lula, afirma que a decisão que Glorinha em manter Maria trabalhando consigo, foi muito justa, dada as circunstâncias. É possível compreender ao longo da entrevista que a relação de família e filhos era para Luiza o mais alto grau de consciência ética existente.

Então, eu voltei, mamãe estava de novo lá no barraco, lá na. Aí eu voltei, eu fui trabalhar numa casa, e quando eu cheguei lá, essa senhora, ela tinha dois filhos, estava grávida do terceiro. Eu trabalhei seis anos nessa casa, quando saí de lá, ela tinha cinco filhos e eu cuidava, e trabalhava.(LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)

Luiza afirma, no trecho acima, que cuidava dos filhos da empregadora e trabalhava com a limpeza da casa. Partindo desse pressuposto, quando Luiza abordou o termo “trabalho” ela se referia ao trabalho doméstico que realizou desde os nove anos de idade, entretanto, quando fala do seu trabalho de cuidado com crianças, utiliza apenas o termo “cuidado”. Assim, é possível perceber que para Lula, o trabalho estava ligado ao compromisso com a limpeza e cuidado com a casa.

Aí eu entendi de ir estudar de noite. Aí eu fui estudar de noite. Quando eu cheguei lá, eu disse a ela: eu fico, mas a senhora tem que deixar eu estudar. Porque eu não quero ficar a vida toda somente mal assinando o meu nome. Aí eu fui e voltei a estudar.(LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)

O retorno à escola se deu, ainda, na Ilha de Barros, após dois anos de evasão. Luiza não contou como se deu o retorno. Entretanto, após seis meses do retorno à escola, a trabalhadora contraiu tuberculose e foi afastada do emprego e conseqüentemente do ambiente escolar.

2.1.3 Sr. Verniot

A primeira vez que Luiza mencionou o trabalho realizado na casa do Sr. Verniot, foi quando o tema da violência aparece como pertencente à sua vida. Ela abordou a violência e perseguição sofrida por seu ex-companheiro, entretanto, não utiliza o termo “violência”, relata que Geraldo a agrediu diversas vezes em meio a uma discussão, ela revidou e conseguiu fugir, se abrigoando na casa de uma vizinha, sob ameaça de morte.

E no dia seguinte, graças a Deus, a vizinha foi, foi lá, falou comigo e disse: vou pedir para o senhor Aluísio chamar ele para ir beber. Porque ele estava naquela fase, bebia para dormir e acordava para beber. Mas se você voltar outra vez para morar com o Geraldo, Luiza, que já era a terceira separação, eu posso ver ele fazendo picadinho de você e não me meto mais. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

A partir desta fala de Luiza, é possível perceber, que este, provavelmente, não foi o primeiro episódio de violência física que sofreu por parte de seu companheiro, visto que a separação já tinha se dado outras três vezes, possivelmente por conta das agressões. Luiza foi perseguida por Geraldo durante dois anos consecutivos.

Então, ela me ajudou, eu tirei minhas coisas, deixei na casa de mamãe e fui para o trabalho. Ele ficou rondando o meu trabalho por dois anos. Comprou revólver e tudo para me matar. Foi, foi uma barra. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Luiza, novamente, não utiliza a palavra “violência” para descrever as agressões ou até mesmo a perseguição. Entretanto, quando cita alguma situação de violência (seja ela de natureza física ou moral), descreveu que foi “uma barra”, destacando o trauma, mas ainda sim não dando nome a violência.

Se o Seu Verniot precisasse de alguma coisa, ele chegava na porta da cozinha e ele me chamava. Ele nunca chegou na porta do meu quarto, nem ele, nem os filhos, nunca. Respeito total. E aí, acho que é por isso que eu passei 26 anos lá. Além da minha carteira assinada, né? E todo ano, quando ele terminava aquele carnezinho amarelo, que agora e-social, né? Mas antes era carnezinho amarelo. Quando terminava de pagar aquele carnê, ele chegava e dizia: guarda sua aposentadoria, viu? Isso aqui é sua aposentadoria. E eu guardava. E fiz muito bem, né? (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Ao longo dos anos de perseguição, Luiza morou na casa de seu antigo empregador, “Senhor Verniot”, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1999. Luiza demonstrou muito carinho e admiração ao falar da família do patrão, visto que trabalhou ativamente na casa durante vinte e seis anos. Ainda, reiterou que só trabalhou no local durante este longo período

de tempo, pois tinha a certeza da garantia de seus direitos.¹⁵ O básico para a efetivação de qualquer vínculo trabalhista, para Luiza, naquela conjuntura, não era comum.

Eu acho que ninguém é inimigo. Tem a classe dominante, eles são, por ser patrão. A classe dominada é a Luíza. Mas o tratamento comigo sempre foi um tratamento humano, sempre foi um tratamento humano. E eu sempre procurei corresponder fazendo tudo que me foi ensinado para fazer naquela casa. Mas também, quando eu estava assim, eu também sabia chegar e dizer um não. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Quando Luiza aborda os termos “tratamento humano”, é possível fazer uma relação com o termo “direito” que surge na entrevista, nos momentos que ela cita o trabalho (seja doméstico ou realizado na empresa de transporte). Entretanto, o termo “direito” não se une tão somente aos benefícios trabalhistas, mas também ao tratamento pessoal entre empregador e empregado. Receber a garantia dos direitos é então a junção destas duas situações.

Dessa forma, a percepção de Luiza revela uma dimensão profunda da luta por direitos, que transcende a esfera meramente legalista. Quando ela dissocia a "classe dominante" da ideia de "inimigo" e valoriza o "tratamento humano", está apontando para uma concepção integral de dignidade no trabalho, para a qual o reconhecimento da humanidade da trabalhadora e o cumprimento dos dispositivos legais são faces da mesma moeda. Nesta perspectiva, receber os direitos trabalhistas não se opõe a receber um tratamento respeitoso; antes, são realidades complementares que, juntas, constituem a materialização plena da cidadania.

Essa visão dialoga criticamente com a noção de "violência simbólica" de Pierre Bourdieu, na medida em que expõe como a dominação de classe historicamente se naturalizou no espaço doméstico por meio de um paternalismo que confunde hierarquia com afeto. No entanto, a consciência de Luiza¹⁶ opera uma ruptura com essa lógica. Ela não rejeita o "tratamento humano", mas o reconhece como indispensável e não só como um ato de generosidade.

Ao fazê-lo, desloca a relação da esfera do favor para a esfera do direito, proclamando que a dignidade no trabalho é, simultaneamente, uma questão de contrato e de reconhecimento mútuo da humanidade, um avanço que só se completa quando a trabalhadora pode usufruir de seus direitos sem precisar solicitá-los.

¹⁵ É importante salientar que Luiza fala a palavra “direito” 56 vezes durante a entrevista e destas 50 estavam relacionadas ao trabalho doméstico.

¹⁶ expressa em seu "saber dizer um não"

2.2 Trabalho doméstico e Luta

A participação de Luiza nos movimentos sociais começou na luta pela moradia, como ela mesma afirma, “o que me inseriu mesmo no movimento foi a luta pela moradia, que era o meu sonho” (Luiza Batista Pereira, 2024). Junto de sua companheira Edcléia Santos, a Cléia, como foi carinhosamente chamada ao longo da entrevista, fundaram a comunidade “Passarinho”, onde Luiza morou até o fim de sua vida.

De acordo com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia (2025), Luiza morava em uma casa alugada e sonhava ter casa própria. Esta casa estava situada no Alto Santa Terezinha, Recife e participava de reuniões do Conselho de Moradores do Morro da Conceição, que reivindicava moradia para muitas famílias daquela área.

Com isso, Luiza e tantas outras trabalhadoras domésticas da comunidade, iam até a casa dos patrões, por meio do que ela chama de “Kombi”. Dentro dela, ouviam relatos de violência doméstica sofrida por diversas mulheres dentro e fora da comunidade. Ao articular a questão junto de Cléia, decidiram fundar o Bloco das Kombeiras, ou melhor, o grupo Espaço Mulher.

“Então, a gente pensou, vamos fundar um grupo de mulheres. Aí, teve uma companheira que disse: vamos, vamos fundar o Bloco das Kombeiras? Aí, eu disse: gente, eu não concordo com esse nome, não. Mas por que você não concorda? Eu disse: a gente não é Kombeira, minha filha, a gente é trabalhadora doméstica. Eu não chamava nem trabalhadora, eu chamava empregada, a gente é empregada doméstica, a gente não é Kombeira. Seu negão é Kombeiro, a gente é empregada doméstica, então, esse nome não dá certo para a gente, não. Mas a gente vai na Kombi, a gente utiliza a Kombi para transporte. Não somos Kombeira. Então, Cléia, sempre uma mulher com a visão além do alcance, ela disse: eu tenho uma sugestão de nome, se vocês concordarem. Aí, a gente: qual, qual, qual? Grupo Espaço Mulher. AAÊÊÊÊ. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2025).

A atuação do Grupo Espaço Mulher constituiu-se para Luiza, uma formação material do feminismo. Ativo até hoje, o grupo se consolidou como um espaço vital onde "as mulheres da comunidade" se reúnem em "rodas de conversa" e desenvolvem "projetos artísticos e culturais", criando uma rede de apoio.

A partir disso, Luiza e Cléia articularam o movimento "Cidadania Feminina", cuja estratégia era o "apitaco". Como aborda Luiza (2024) "quando alguma mulher na comunidade estava sofrendo algum tipo de violência, o que a gente fazia? Pegava os apitos e ia para a

frente da casa da mulher que estava sendo agredida [...] e o cara ficava constrangido". Esta prática de ação direta, performativa também é uma prática de justiça comunitária.

Paralelamente a essa ação externa, ocorria um processo interno de profunda transformação da compreensão acerca da violência contra mulher, da entrevistada, nas reuniões do grupo.

Heleieth Saffioti, em *Gênero, Patriarcado e Violência* (2015), afirmou que o entendimento popular da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.

[...] naquela época eu acreditava que violência era só quando apanhava. Eu não sabia que, por exemplo, eu comprei um liquidificador, que era o meu sonho de consumo, e no dia que a gente discutiu, ele pegou o liquidificador e estourou. Violência patrimonial, mas eu não sabia que aquilo era uma violência. Palavrões, ele não era muito de dizer palavrão comigo, não, porque quando ele dizia, eu dizia: e você está comigo porque você é que não presta, você não está dizendo que eu sou isso? Está comigo por quê? Mas era uma violência moral, né? E eu não sabia. Então, nas reuniões, muitas vezes eu dizia: não, meu marido não é violento comigo, não. Só que era. E eu não tinha consciência que aquilo era uma violência que eu estava sofrendo, né? Então, foi o movimento feminista que me fez abrir os olhos para as várias formas de violência. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Foi o espaço coletivo de discussão aberta a partir das conversas dentro e fora da Kombi, acerca das movimentações feministas que funcionou como um dispositivo de desnaturalização, fornecendo a Luiza e a outras mulheres a linguagem e os conceitos para nomear o que antes era experimentado como algo ainda sem descrição. A conclusão de Luiza, "foi o movimento feminista que me fez abrir os olhos para as várias formas de violência", vai além de uma simples tomada de consciência; ela descreve uma transformação epistemológica. O movimento social transformou Luiza, que também transformou o movimento social.

CAPÍTULO 3 - NÃO SABIA QUE ERA POSSÍVEL, MAS FIZ

De acordo com Larissa Cristina Margarido (2013), no Brasil, o início da sindicalização das trabalhadoras domésticas remonta ao ano de 1936, a autora aborda que passadas quase nove décadas, a taxa de sindicalização da categoria permanece a mais baixa do

país, contabilizando, em 2017, 196 mil trabalhadoras, já em 2023 a taxa de sindicalização das trabalhadoras domésticas era de 100 mil trabalhadoras, continuando na posição mais baixa do país em relação à sindicalização.

Ainda de acordo com a autora, tais associações são feitas à uma pequena rede de organizações sindicais. Em 2007, havia apenas 45 pelo país, sendo que nem todas se configuraram em sindicatos ou eram dirigidas por trabalhadoras domésticas, o que dificulta a reivindicação por direitos em nível nacional. Ainda assim, como relembra o sociólogo Joaze Bernardino-Costa (2007, p. 38), deve-se considerar a sindicalização do trabalho doméstico como um “sindicalismo heroico”, já que não demanda contribuição sindical ou desconto em folha de pagamento, não remunera as trabalhadoras que assumem cargos de direção e abrange diversas mulheres de várias localidades.

Diante desse cenário de desafios estruturais que caracterizam o sindicalismo da categoria, a análise das trajetórias individuais das mulheres que ousam liderar essas lutas torna-se ainda mais crucial. Se a ação coletiva é dificultada por barreiras materiais, compreender as forças e os sentidos que movem cada companheira é essencial.

A análise de narrativas de vida, enquanto método de pesquisa, permite acessar não apenas os fatos objetivos de uma trajetória, mas, sobretudo, os sistemas de significado através dos quais os indivíduos interpretam e constroem suas experiências (POLLACK, 1992). Neste contexto, o relato de Luiza sobre o momento de seu diagnóstico de câncer em 1992 emerge como um evento biográfico crítico, que reconfigurou radicalmente seu quadro de referência para a ação no mundo, inclusive no âmbito de suas responsabilidades profissionais e na construção da sua luta sindical.

"Aí veio essa doença, né? Fui cirurgiada. Assim que a médica olhou, disse: tem que fazer cirurgia. Aí eu disse: mas doutora, não é aquela doença não, né? Aí ela: que doença? Eu disse: aquela doutora. Essa médica já faleceu. Aí ela: como é que eu vou saber? Aquela doença, doutora, que as pessoas não gostam de dizer o nome. Aí ela disse: mas se você não disser, eu não vou saber. Ela estava estimulando para eu dizer. Não é câncer não, né, doutora? Ela disse: olha, para isso tem que fazer uma biópsia, mas só lhe diria uma coisa, mesmo que não seja, a gente não guarda dinheiro, quando tem doença não. Vamos marcar a cirurgia? Vamos. Marcou a cirurgia, fez a biópsia, já estava no estágio três, já tinha metástases. Aí fez só o quadrante. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)".

A narrativa é marcada por um profundo mal-estar discursivo, que pode ser materializado na recusa da entrevistada em nomear o câncer, apenas pelo eufemismo "aquela doença". Esse impedimento sinaliza o impacto da notícia, que pode ter ameaçado a sua própria continuidade de identidade e o seu projeto de vida até aquele momento.

Pollack, evidencia que experiências limites, como o diagnóstico de uma doença grave, no caso de Luiza, não são meramente sofridas, mas ativamente construídas pelos sujeitos. Trata-se de um processo de "construção da experiência" no qual o indivíduo, confrontado com a ruptura, reelabora sua história passada, suas prioridades presentes e suas expectativas futuras em função desse novo eixo central. O evento traumático torna-se, assim, um "filtro" através do qual toda a experiência é reavaliada.

A partir da trajetória de Luiza, infere-se que o câncer operou exatamente como esse filtro existencial. A constatação da finitude e a urgência imposta pelo tratamento ("a gente não guarda dinheiro, quando tem doença não") catalisaram uma reavaliação profunda de suas escalas de valor. No plano profissional, é plausível argumentar que a luta sindical, outrora potencialmente pautada por estratégias de longo prazo e concessões negociadas, passou a ser filtrada por uma nova percepção do tempo e uma intransigência frente ao que era essencial. Os conflitos e as negociações podem ter sido reinterpretados à luz da luta pela vida, transferindo para o campo sindical a mesma clareza e determinação necessárias para enfrentar a doença.

Em outras palavras, a mesma urgência que a impeliu a marcar a cirurgia e a enfrentar o tratamento pode ter se transposto para sua atuação pública, levando-a a filtrar as demandas sindicais por um crivo de imperativo vital. O que antes poderia ser um jogo estratégico complexo, após o diagnóstico, pode ter se simplificado em uma questão de sobrevivência e de defesa intransigente do que julgava fundamental, tal como a preservação da própria vida. Dessa forma, a experiência do câncer, enquanto fenômeno construído e dotado de sentido por Luiza, conforme proposto por Pollock, não foi um episódio isolado em sua biografia, mas um evento fundador de um novo *ethos* prático, reorientando suas ações e decisões nos mais diversos campos de sua atuação social.

No dia em que completou quarenta anos, Luiza, realizou uma cirurgia para retirada das trompas de Falópio e a mama direita. Essa foi a primeira de muitas cirurgias realizadas em virtude do câncer, que posteriormente a levou a aposentadoria por incapacidade permanente, em 1999. Curiosamente, um ano após a aposentadoria, Lula teve seu primeiro contato com o Sindicato dos Trabalhadores de Recife. A palavra "sindicato" aparece na entrevista pela primeira vez, quase que na mesma frase que a palavra doença.

Teve também a questão de conhecer o sindicato. Eu moro na rua do Conselho de Moradores, então, eu passei um dia na frente do conselho e o conselho estava aberto, um monte de mulheres sentadas em círculo e uma senhora lá de cabelos brancos, curtinho, conversando com aquelas mulheres. Eu cheguei na porta e fiquei em pé assim, ela: entre, venha. Aí, eu fiquei

assim. Aí, teve um que disse: ela é empregada doméstica. Ah, então, venha, você já conhece o sindicato? Aí, eu me animei. Palavra bonita. Me animei. Aí, eu entrei. Entrei e assisti toda a conversa dela. Eu não ia todo mês, mas tinha mês que eu parava assim: o que é que eu estou fazendo em casa? Eu vou para o sindicato. E, nessa, eu comecei a conhecer o sindicato. (Luiza Batista Pereira, 2024).

Após seis anos de participação nas reuniões do Sindicato dos Trabalhadores de Pernambuco, em 2006, Luiza, sob incentivo de sua companheira de luta Cléia, se inscreve como aluna do TDC (Trabalho Doméstico Cidadão), na época, uma ação governamental em diversas frentes, que trazia como objetivo a valorização do trabalho e da trabalhadora doméstica, a partir da qualificação da categoria, elevando seu nível de escolaridade e formando novas lideranças.

Ecléia me disse: vai, nada, tu tem muito potencial, tu é que não sabe que tu tem potencial, bora! Vou não, Cleia, você vai. Vai, não vai, vai, não vai. Ela disse: eu quero ir, mas eu só vou se você for, porque se você não for eu não vou e a culpa vai ser sua. Aí, eu: deixe de ser chantagista, viu? Isso é chantagem emocional. Aí, ela: não, agora vamos falar sério, Luíza, vamos voltar, tu passa um mês, dois, se tu não gostar, tu sai. Então, tá, eu vou. Aí, eu fui. Com um mês, eu estava apaixonada pelo TDC. Com um mês de TDC, eu estava apaixonada, eu estava filiada ao sindicato e realizando o tratamento contra o câncer. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

O ponto de partida de Luiza no sindicato não foi uma ação planejada, mas resposta a uma luta, de 41 anos, por melhores condições de trabalho. Após assistir à fala da então presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza, em uma aula inaugural, Luiza sentiu que deveria participar do movimento sindical.

"E, no mesmo dia, eu chamei ela no encontro e disse: olha, eu queria falar com a senhora... eu vi que não caiu do céu, né, apesar de, na minha cabeça, ter sido bondade política e não foi. Eu posso me filiar no sindicato? Ela disse: "pode". (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Essa passagem ilustra o momento fundador de seu engajamento, marcado por uma curiosidade intelectual e uma percepção inicial de que os direitos são conquistados pela luta coletiva.

Sua filiação foi imediata e seu compromisso, integral. No domingo seguinte, ela já participava de uma reunião. Na sequência, tornou-se monitora na sala de aula, destacando-se pelo empenho nos cursos oferecidos, desde técnicas de congelamento de carne até trabalhos sobre meio ambiente. Sua dedicação lhe deu um "Desempenho Construído Excelente (DCE)" por um trabalho investigativo realizado em um lixão, onde testemunhou as péssimas condições de trabalho dos trabalhadores da empresa. A fonte de pesquisa, já demonstrava sua

proposta de luta, a dos trabalhadores. Luiza, como a própria salienta em sua entrevista, ainda não sabia que era possível, mas fez.

Após concluir sua formação no TDC, Lula, buscou uma escola junto de Cléia, para cursar o ensino médio, recusando a modalidade de EJA para fazer "série a série"¹⁷. Paralelamente, sua luta dentro do sindicato das trabalhadoras domésticas crescia. Em 2006, ao realizar uma consulta, a junta médica verificou que a doença havia se estabilizado, ou seja, ela estava assintomática, junto a isso foi convidada a participar do 9º Congresso da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, como delegada de base da sua região.

Detalhe, em 2008 começaram aquele chaveco: você vai ser a nova presidente do sindicato. E eu dizia: eu lá quero saber de ser presidente do sindicato? Ser filiada, pagar, participar, por mim tudo bem, mas direção, Deus me livre, Deus me livre. Olha só. Quando em 2009, eu ainda terminando o ensino médio, aí Creuza veio. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Os Congressos Nacionais das trabalhadoras domésticas, realizados desde 1968, aproximadamente de quatro em quatro anos, são peças fundamentais para a organização política em escala nacional das trabalhadoras. Lula, se inserindo ainda no movimento, e em tratamento da doença, mostrou uma certa relutância em assumir cargos de direção, tema recorrente em sua entrevista, podendo associá-la assim a grandiosidade dos eventos.

Para institucionalizar a entidade, sua gestão adotou uma abordagem necessariamente pragmática e burocrática. Conquistou a carta sindical do Sindicato¹⁸ de Pernambuco, que de acordo com Luiza, existia há 20 anos sem uma formalização direta.

Foi na minha gestão que consegui a carta sindical do sindicato. Porque quando eu cheguei, Nila conversava muito comigo, Nila¹⁹ Cordeiro, e aí ela falou: a gente tem que lutar para ter a carta sindical, Luiza, você é quem vai conseguir, você vai andar, você vai botar o pé no mundo, você vai andar. E aí eu comecei a andar. Ia lá na Superintendência Regional do Trabalho, cansei a perna de ir lá, mas finalmente saiu a carta sindical. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

A conquista da carta sindical, por meio do trabalho de base do cansar de perna, impulsionou Luiza para uma atuação em escala nacional. A mesma fortalece, assim, o sindicato de

¹⁷ Luiza cita o termo "série em série" para se referir ao Ensino Médio regular. A mesma aborda que lhe fora oferecida a modalidade em um sistema de Educação de Jovens e Adultos, por conta da idade. Mas recusou.

¹⁸ De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, a Carta Sindical é o ato de concessão, pelo Poder Público, da personalidade jurídica sindical para as entidades que cumprem as formalidades exigidas pela lei, tornando pública a sua existência e habilitando-as para a prática de atos sindicais, tais como a representação da categoria e a negociação coletiva.

¹⁹ Nila Cordeiro, de acordo com a Secretaria da Mulher do governo de Pernambuco, ocupou o cargo de Secretária de Gênero, Comunicação e Raça do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado. Atuou na linha de frente da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Pernambuco e consolida sua credibilidade e habilidade como liderança. O trabalho de Luiza, após a conquista da carta sindical, foi crescendo cada vez mais. Lutou pela reforma do estatuto do sindicato onde atuava, junto a Central Única dos Trabalhadores.

Aí eu comecei a ir para as reuniões da CUT na cara dura, mesmo sem ser da direção da CUT. O resultado? O resultado foi que numa dessas reuniões, eu me apresentei e falei, o sindicato precisa de vocês. Como? A gente precisa fazer uma reforma do sindicato. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Lula, sabia que sua entrada no sindicato foi um marco, sabia que estava fazendo uma reviravolta na luta das trabalhadoras domésticas no Brasil “Faltava o quê? Comunicação, diálogo. E aí eu fui me sobressaindo, já tinha ido lá para aquela preparação da OIT em 2009.” (Luiza Batista Pereira, 2024). Ela participou de preparatórias para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e junto a isso a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, a PEC das Domésticas, que estendeu aos domésticos os mesmos direitos do restante dos trabalhadores, como carga de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de hora extra, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório e multa de 40% para demissão sem justa causa, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte e aposentadoria.²⁰

A construção da narrativa, em relação à PEC das domésticas, mostra que Luiza tinha um conceito concreto estabelecido em si: a luta não se dá sozinha. Ao falar sobre tal conjuntura política do país em 2012, Luiza, cita as articulações de suas companheiras dentro da luta, em especial Creuza Maria de Oliveira, Cleide Pinto²¹ e Lúcia Helena²², companheiras de vida e luta.

Luiza, afirma que, junto de suas companheiras, batia na porta dos gabinetes de deputados, pedindo por parcerias para a aprovação da emenda. Ainda, enfrentaram diversas dificuldades logísticas: "A gente fazia uma compra coletiva... Cleide cozinhava... No dia seguinte a gente levava as tupperwarezinha com comida dentro da bolsa para ficar percorrendo os gabinetes". (Luiza Batista Pereira, 2024).

²⁰ BRASIL. *Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015*. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jun. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm

²¹ Cleide Pinto, é atualmente educadora popular, coordenadora de ata da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, secretária do Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil (CNTD), presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Nova Iguaçu/RJ (SIndoméstico/Nova Iguaçu) e secretária-geral da Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas (Conlactraho), (FENATRAD, 2025).

²² Lúcia Helena Conceição de Souza, Presidenta do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Volta Redonda. (ACCIARI, 2024).

Louisa Acciari (2016), afirmou que em 2013, ano da promulgação da PEC, apenas um terço das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada, e o salário médio da categoria era 60% inferior ao salário médio dos outros assalariados. Ainda salientou que a proposta inicial da PEC era incluir as trabalhadoras domésticas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por via de uma modificação do artigo 7 da Constituição que acabava por restringir seus direitos trabalhistas a :salário mínimo, irredutibilidade do salário, 13º salário, repouso semanal, férias anuais remuneradas, licença à gestante, licença paternidade, aviso prévio, e aposentadoria.

Ainda de acordo com a autora, esta lista restritiva excluía as domésticas do seguro desemprego, do acesso ao FGTS, não garantia limitação da jornada de trabalho, horas extras ou compensação para as horas noturnas, entre outros direitos garantidos aos demais trabalhadores.

A falta de obrigação para os empregadores assinarem a carteira de trabalho de suas empregadas também fez com que esses direitos básicos não fossem cumpridos. O contexto político nacional tornou-se cada vez mais hostil (ACCIARI, 2016, p. 126). Além disso, Luiza afirma que os desdobramentos iniciais da ementa, vieram regados de desconfiança por parte dos patrões.

Logo quando foi aprovada a PEC houve um aumento grande de demissão porque muitas patroas achavam que não teria... Os patrões, as patroas achavam que não teria condições de arcar com as despesas. E aí muitos depois que viram que não era aquilo que estavam pensando, voltou a contratar a mesma pessoa porque gostava e tal. O fato é que houve um aumento grande de demissões. Mas aí já estava se costurando o golpe, né? (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

A descrição dos atos públicos que precederam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é abordado como momentos de grande tensão, incluindo um episódio traumático onde Luiza foi exposta a gás lacrimogêneo.

"Meu Deus, eu tive a impressão que ia morrer... a gente ficou acuada ali na esplanada. Então foi um sufoco muito grande". Para ela, o golpe foi, na essência, "na classe trabalhadora", visando desmontar direitos. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)."

Durante os desdobramentos do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rouseff no ano 2016, aconteceu também o 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas, realizado no estado do Rio de Janeiro, sob o tema "Ratificar a Convenção 189 é igualar direito!". Foi durante tal

evento que Luiza foi surpreendida com a indicação para a coordenação geral da Fenatrad. A mesma relata que, após a recusa de Creuza, então coordenadora, para a continuidade do cargo, afirmou: "eu não vejo outra pessoa... é Luiza", e foi Luiza.

Acabou que quando chegou lá na ABANERJ [Associação dos Funcionários do Antigo BANERJ], no Rio de Janeiro, no 11º Congresso, lá, realmente, eu fui eleita. E fui eleita num momento muito difícil que o país estava vivendo. Dilma impeachmentada, o Temer ali, fazendo só o que os outros mandavam, preparando a rasteira final que foi a eleição do inelegível. E aí a gente não avançou muito na luta. E aí, pra culminar, chega o quê? Pandemia. Na pandemia, a gente se desdobrou muito para conseguir apoiar as trabalhadoras. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Sua gestão à frente da Fenatrad durante a pandemia foi marcada por uma ação contingencial frente às trabalhadoras domésticas²³. Liderou a campanha "Cuida de quem te cuida", que solicitava aos patrões que mantivessem as trabalhadoras em casa com salário pago. Diante da adesão limitada dos empregadores à campanha inicial que pedia a manutenção dos salários durante o isolamento, "Alguns patrões aderiram, mas foi muito pouco o número de patrões que aderiu",²⁴. O movimento sindical, de acordo com Luiza, precisou reestruturar sua estratégia, ampliando suas redes de apoio.

Para conferir maior alcance e legitimidade à campanha, Luiza, junto a FENATRAD, estabeleceu uma parceria com a Profª Drª Jurema Brites,²⁵ da Universidade Federal de Santa Maria. Esta colaboração entre o movimento social e a academia resultou na produção de conteúdo profissionalizado para divulgação da campanha. Como detalha Luiza (2024), "a filha dela fez, eu gravei vídeo, mandei, editaram. Foi a gente pedindo apoio para a distribuição de cestas básicas para as companheiras".

A estratégia foi realizada com sucesso, a sindicalista apresenta que a FENATRAD recebeu muito apoio. A imagem abaixo, publicada no site da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em 2020, mostra Luiza Batista, entregando cestas básicas para as trabalhadoras/companheiras do estado de Pernambuco.

²³É importante salientar que Luiza, data este acontecimento, como "um ano antes do retorno da doença".

²⁴ Luiza Batista Pereira (2024).

²⁵ Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Desde 2010 é Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSM.

Figura 01: Luiza na campanha Cuida de quem te cuida



Fonte: FENATRAD (2025).

A linha de frente de Luiza na campanha, gerou um grande volume de doações, com o Sindicato de Pernambuco recebendo, só em sua sede, 800 kits de material de limpeza, a ponto de deixar o terraço abarrotado de caixas, nas palavras de Luiza.

Foi realizada uma operação, para entregar as cestas básicas às trabalhadoras, baseada num critério de vulnerabilidade social. A mobilização para a entrega iniciou de madrugada, com a equipe do sindicato seguindo um mapeamento prévio das situações mais críticas. "A gente priorizou aquelas que realmente estavam em situação difícil. Marido desempregado, ela também.." (Luiza Batista Pereira, 2024), em contraste com aquelas que, mesmo em dificuldade, tinham alguma fonte de renda familiar, ainda que instável. A ação se desenvolveu em escala nacional. Em seu relato, Luiza (2024) destaca que "a Fenatrad naquele período distribuiu quase 5 mil cestas básicas em todos os estados", complementadas pelos kits de limpeza e por mil cartões de alimentação no valor de 180 reais, fruto de uma nova parceria com a marca Veja.

Além das doações da iniciativa privada, a Fenatrad conseguiu captar recursos do poder público, por meio de muita luta e uma parceria com o Ministério Público do Trabalho, que destinou valores de multas trabalhistas para apoiar as trabalhadoras, de acordo com Veronica Souza de Araújo e Rachel Barros de Oliveira (2021).

Em 2022, ano seguinte à campanha,²⁶ Lula, já há 15 anos assintomática, descobre outras metástases da doença, que se espalharam com rapidez.

Quando a médica me fez a consulta, aí ela pediu com urgência uma tomografia do tórax, do abdômen e pediu também uma ressonância magnética. Porque eu estava muito cansada. Muito cansada. E tossindo muito. Reclamando de dor nas costas. Aí quando saiu o resultado, ela disse: a gente não pode mexer na sua mama agora, porque, infelizmente, tem quatro metástases no pulmão esquerdo. E aí desde 2022 que eu estou tomando quimioterapia. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024)

Durante a entrevista, é possível ouvir em áudio, que sua voz estremece ao conectar a luta dentro da categoria com a luta contra o câncer, que foi travada durante 31 anos. Luiza ainda debilitada participou ativamente do primeiro encontro para formadoras do Trabalho Doméstico Cidadão, resistindo, “Ou seja, eu estou debilitada, não é porque seja manhã não, é porque eu realmente estou me sentindo enfraquecida. Tenho fome, vou comer, passar vontade. Às vezes eu estou assim. As pernas parecem que vão me botar no chão. Mas eu continuo resistindo.” (Luiza Batista Pereira, 2024).

3.1 Legado

Luiza resistiu, sua trajetória constitui-se como um legado vivo na história do movimento sindical das trabalhadoras domésticas no Brasil. Seu percurso, analisado por meio dos pressupostos da História Oral, de acordo com Alessandro Portelli (1997), configura-se como uma narrativa cheia de significados, um processo contínuo de construção e transmissão de sentidos que reconfigura o passado, orienta o presente e projeta um futuro para a luta da categoria das trabalhadoras domésticas. O legado de Luiza, portanto, não se encontra apenas no que ela realizou, mas, sobretudo, no significado que suas ações e sua narrativa adquirem para a coletividade de suas companheiras e de quem tem o prazer de ouvir sobre elas.

Sua atuação frente ao do sindicato de Pernambucano e, posteriormente, da FENATRAD, consolidou um modelo de liderança sólido, cheio de compaixão e luta. O "cansar a perna" nos corredores da Superintendência Regional do Trabalho para obter a carta sindical, e a incansável peregrinação pelos gabinetes de Brasília na luta pela PEC das Domésticas, são episódios que compõem um legado de persistência burocrática e articulação política.

²⁶ Cuida de quem te cuida.

Mas, depois que eu descobri, que você tem capacidade. Eu nunca imaginei na minha vida que eu poria os pés no avião, e andei. Eu nunca imaginei que eu atravessaria o oceano, atravesssei. Eu nunca imaginei que eu sentaria em uma mesa com um ministro de Estado, de um país Continental como o nosso, e falar para ele das demandas da categoria que eu represento, e sentei. Então, hoje eu tenho orgulho da mulher que eu me tornei. Sabia? Eu tenho orgulho. Sem falsa modéstia, eu tenho orgulho. Porque, é, eu não acreditava que eu teria essa capacidade e estou tendo. E você vê que as meninas me respeitam, todo mundo me respeita. Então é um sinal de que eu estou trabalhando bem. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

Luiza trabalhou tanto que nos apresentou ainda que a mudança real por meio da luta exige não apenas protestos físicos, mas também a dominância das ferramentas institucionais, um aprendizado estratégico que se tornou parte do patrimônio organizacional da categoria. Quando Lula menciona o termo “luta” ao decorrer da entrevista, ele é, na grande maioria das vezes precedido de “trabalho doméstico”, mostrando que o primeiro termo é quase como um complemento indissociável do segundo.

Além disso, apresentou que mulheres, trabalhadoras domésticas sindicalizadas ou não, constroem uma trajetória de mudança do espaço doméstico assalariado, mostrando que seu trabalho é sim produtivo e gera riqueza, tornando-se assim indispensável ao capital.

A luta encarada por Luiza, segue ainda dentro de suas companheiras, na trajetória da FENATRAD, na construção do Espaço Mulher e também no legado para sua família.²⁷

Mesmo não sabendo que era possível, ela fez. Não só fez como ainda faz, estando presente na memória das trabalhadoras domésticas e seus direitos. O 13º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, levou seu nome, sua luta. Luiza já sabia que ele iria acontecer, sabia que seria em Brasília e sabia que seria diferente.

No próximo ano, nós vamos ter o nosso 13º congresso, provavelmente vai ser em Brasília. Aliás, o meu mandato e o da atual direção. E aí, a gente fez... Como é que se diz? Continua acreditando que o 13º será em Brasília, em 2025. Quando eu não vou estar mais na direção geral. Não sei se estou viva daqui para lá, espero estar, mas... Estou cansando, viu? (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

A declaração de Luiza vai além de um mero informe sobre a logística de um congresso. Ela representa um momento de transição e passagem deste testemunho histórico, carregado da consciência de seu próprio lugar na história do movimento. A afirmação

²⁷ A neta mais velha de Luiza, esteve presente durante o 13º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em Brasília, representando sua família no evento que levou o nome de sua avó.

"Quando eu não vou estar mais na direção geral" mostra que seu legado é institucionalizado; é o reconhecimento de que a Fenatrad, por ela tão bem articulada, sobrevive e floresce além de sua liderança individual.

Figura 02: Logo - 13º Congresso das Trabalhadoras Domésticas



Fonte: FENATRAD (2025)

O legado de Luiza reside na capacidade do movimento de continuar com seu nome, como foi em Brasília em 2025, carregando consigo a memória, as estratégias e o espírito de resistência que ela mesma criou, não sozinha, como menciona ao decorrer da entrevista, mas junto de muitas outras Luizas.

Em 2025, ela finalizou seu mandato como coordenadora geral da Fenatrad, pensando em seguir para outras pastas dentro da organização, como a da saúde, “porque eu brigo muito que a gente tem doenças ocupacionais que não são consideradas doenças ocupacionais, porque são provocadas pelo trabalho doméstico. (Luiza Batista Pereira, 2024)”.

E isso é uma luta que a gente vai ter que encarar para ver se a gente um dia constrói uma norma regulamentadora nossa. Esse número aqui é referente às trabalhadoras domésticas. É aquela história, o não a gente sempre tem, o sim a gente tem que lutar para conseguir. É isso que eu tenho para falar. (LUIZA BATISTA PEREIRA, 2024).

O sim, que ela apresenta, segue em seu legado. Legado este que possui vários aspectos, tornando-se a síntese entre a liderança nacional e o cuidado com a base, entre a memória de um passado e a projeção de um futuro de direitos. Sua história não é um ponto final, mas um recurso político e simbólico que continua a alimentar a resistência e a esperança das trabalhadoras domésticas no Brasil e de tantas outras pessoas que acreditam na mudança, reafirmando que, nas suas palavras, "o não a gente sempre tem, sim a gente tem que lutar para conseguir, e é isso que eu tenho pra falar".

Figura 03: Luiza durante homenagem prestada pelo Sindicato de Pernambuco, á sua luta pela categoria das trabalhadoras domésticas.



Fonte: FENATRAD (2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Luiza Batista Pereira, analisada através da História Oral, é mais do que uma biografia individual, é um retrato da luta coletiva das trabalhadoras domésticas no Brasil. Sua vida, desde o recrutamento infantil forçado pela vulnerabilidade extrema até a ascensão à liderança nacional na Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), personifica a transição histórica da categoria de uma condição de objeto da história para sujeito ativo de sua própria transformação.

A análise da trajetória de Luiza Batista Pereira, entre as décadas de 1960 e 2020, permitiu mapear uma trajetória de resistência, além de trazer reflexões acerca da historiografia, o movimento social e a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, este trabalho reafirma a potência da História Oral e do estudo de biografias de sujeitos "comuns" para a compreensão de processos históricos. A narrativa de Luiza oferece uma lente/filtro privilegiado para tratar sobre categorias de classe que moldam o Brasil, dando rosto e voz a uma categoria historicamente invisibilizada, a das trabalhadoras domésticas. Sua trajetória demonstra que a grande transformação social é impulsionada pela ação corajosa e persistente de indivíduos e coletivos que, a partir de suas experiências concretas, desafiam uma certa ordem estabelecida.

Em segundo lugar, a análise evidencia a natureza interseccional da opressão enfrentada pelas trabalhadoras domésticas. A luta de Luiza não era apenas por direitos trabalhistas, mas também contra a violência, o racismo e a invisibilização de sua categoria. Sua atuação no Grupo Espaço Mulher, combatendo a violência doméstica, e sua liderança sindical são "locais" indissociáveis de um mesmo combate por autonomia e dignidade.

Por fim, o legado de Luiza Batista Pereira é um convite à ação e à continuidade. Quando Luiza aborda que "o não a gente sempre tem, o sim a gente tem que lutar para conseguir", ela acaba por sintetizar a essência de uma vida dedicada à resistência. O 13º Congresso Nacional que leva seu nome, realizado em agosto de 2025, é a materialização

desse legado, simbolizando que a semente por ela plantada, nasce nas gerações seguintes de lideranças.

É importante salientar que sua luta contra o câncer nos anos que antecederam a sua partida, como ela mesma expressa, não é sinal de derrota, mas a marca de uma luta travada por inteiro. Estudar Luiza, portanto, foi e é mais do que um exercício acadêmico, é um ato político de reconhecimento e um compromisso com a permanente luta por um país mais justo e igualitário, onde o trabalho doméstico realizado por mulheres como Luiza seja, enfim, plenamente valorizado e respeitado.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, Louisa. “Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras”–O movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento. **Mosaico**, v. 7, n. 11, p. 124-124, 2016.

AVILA COLLA, R. O brincar e o cuidado nos espaços da educação infantil: desenvolvendo os animais que somos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 100, n. 254, 17 abr. 2019.

BERNARDINO-COSTA, J. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, n. 20, pp. 69-90, 2008.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jun. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm.

FENATRAD (2024), Módulo 1: As trabalhadoras domésticas e suas lutas, Florianópolis: UFSC.

FERNANDES DE SOUZA, Flavia. " Um conflito que se agrava dia a dia": as relações de trabalho no serviço doméstico em um cenário de crise (cidade do Rio de Janeiro, 1890 a 1920). *História Unisinos*, v. 26, n. 2, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2012 – 2017. PNAD Contínua, Rio de Janeiro, 2018.

KFIORA, Juca. . Dra Creuza sobre sua história: fui premiada a trabalhar em residência antes dos 10 anos de idade. Rede TVT (2023). Vídeo (12 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MB0JA2ABs_Y. Acesso em: 24/04/2025.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social In: Revista Estudos Históricos. Rio de, 1992.

PORTELLI, Alessandro. The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history. Albany: State University of New York Press, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar em revista, n. 17, p. 153-176, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. Revista de História Regional, 2001.

O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. MORAES, A. C. R.

PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 103–123, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p103. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p103>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SINDOMÉSTICO-BA. Com profundo pesar, o Sindoméstico-BA comunica o falecimento da coordenadora geral da Fenatrad, Luiza Batista. Salvador, 2024. Disponível em: <https://sindomesticoba.org.br/com-profundo-pesar-o-sindomestico-ba-comunica-o-falecimento-da-coordenadora-geral-da-fenatrad-luiza-batista/>. Acesso em: 12 de jun de 2025.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006a

Entrevista (documento de análise):

PEREIRA, Luiza Batista. Entrevista. [Jun. 2024]. Entrevistador: Maria Luiza Peres. Recife, 2024.